



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de
Orçamento, Finanças e Administração
Pública

Ofício nº 96/8ª-CECC/2012

28.fevereiro.2012

Junto remeto a V. Exa., o Parecer relativo à *“Conta Geral do Estado 2010”*,
aprovado em reunião desta Comissão Parlamentar de 28 de fevereiro de 2012.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

(José Ribeiro e Castro)



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Parecer

Conta Geral do Estado 2010

Autor(a): Deputado(a)
Miguel Tiago - PCP

Parte I- Considerandos

I. a) Nota Introdutória

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Educação Ciência e Cultura a “Conta Geral do Estado relativa ao ano económico de 2010” a fim de esta elaborar o competente parecer.

Nesta conformidade, o presente parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2010, incidirá exclusivamente sobre os indicadores de execução orçamental que compreendem os setores **da Educação, incluindo todos os sistemas e graus de ensino; da Ciência, onde se incluem, designadamente, as matérias relacionadas com a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; da Juventude; do Desporto e da Cultura, incluindo, designadamente, as matérias da língua, património, artes, indústrias criativas e culturais e direitos de autor e direitos conexos.**

Para elaboração do presente parecer foi analisado o documento “Conta Geral do Estado-ano de 2010” e respetivos anexos, bem como o parecer do Tribunal de Contas e o parecer da Unidade Técnica do Apoio Orçamental (UTAO).

O Orçamento do Estado para o ano de 2010 foi aprovado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, o que implicou a prorrogação da vigência do Orçamento do Estado para 2009 (Lei n.º 64-A/2008, alterada pelas Leis n.ºs 10/2009 e 118/2009) facto que marcou a execução orçamental de 2010.

Importa referir que, após a entrada em vigor da lei do Orçamento do Estado para 2010, foi publicada a lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental visando reforçar e acelerar a redução de défice e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento, e alterou a Lei do OE.

II) Análise Sectorial

Conta Geral do Estado – Educação, Ciência, Tecnologia, Ensino Superior, Juventude, Desporto e Cultura

1. O Ministério da Educação (ME) teve em 2010 um orçamento inicial de 7.279 milhões de euros, sendo que, de acordo com o *Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2010*, esse orçamento acaba por alcançar

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

7.364 milhões de euros, integrando 94 milhões de euros de créditos especiais e 11 milhões de euros da Dotação Provisional.

2. Todavia, de acordo com o Orçamento do Estado para 2010, o orçamento inicial para o ME era de 7.257,7 Milhões de euros.
3. De acordo com a *Conta Geral do Estado de 2010*, o Ministério da Educação alcançou uma execução de 7.121 milhões de euros, o que representa uma execução de 96,8% do orçamento final no que toca a serviços integrados e uma execução de 204 milhões de euros no que toca a Serviços e Fundos Autónomos, representando uma execução orçamental de 94,6% .

Quadro I – orçamento e execução do Ministério da Educação

IV.1.14. Ministério da Educação

QUADRO 140 - ME - Despesa por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2010			Execução de 2010		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	6.920,3	161,7	6.936,2	6.946,6	150,9	6.955,6
Despesas com Pessoal	5.250,6	11,4	5.262,0	5.483,2	8,6	5.491,8
Aquisição de Bens e Serviços	111,7	17,0	128,7	84,5	10,4	94,9
Juros e outros encargos				0,0		
Transferências Correntes	1.025,1	131,0	1.010,3	1.008,6	131,0	997,7
das quais: Intra-instituições do Ministério	145,8			141,9	0,0	
para as restantes Administrações Públicas	381,9	130,0	511,9	374,5	130,3	504,8
Subsídios						
Outras Despesas Correntes	532,9	2,3	535,2	370,3	0,9	371,2
Despesa de Capital	338,8	65,4	339,5	174,3	53,1	170,3
Aquisição de Bens de Capital	197,0	5,6	202,6	74,6	0,4	75,0
Transferências de Capital	123,3	59,4	118,0	83,4	52,3	95,3
das quais: Intra-instituições do Ministério	64,7			40,4		
para as restantes Administrações Públicas	56,1	9,4	65,5	39,7		39,7
Outras Despesas Capital	18,5	0,4	18,9	16,3	0,4	16,7
DESPESA TOTAL	7.259,1	227,1	7.275,7	7.120,9	204,0	7.125,9
DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSFERÊNCIAS PARA AP	6.821,1	87,7	6.698,3	6.706,7	73,7	6.581,4
Consolidação entre subsectores (SI e SFA)			210,5			182,3

Fonte: DGO.

4. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) teve em 2010 um orçamento inicial de 2.559,7 milhões de euros, de acordo com o Orçamento do Estado para 2010.
5. De acordo com o *Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado para 2010*, o orçamento final do MCTES foi de 1.860 milhões de euros respeitantes a Serviços Integrados, onde se insere a alteração orçamental



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

correspondente a 1 milhão de euros de créditos especiais e de 2.489 milhões de euros no que toca a Serviços e Fundos Autónomos.

6. Assim, no que toca a Serviços Integrados, o MCTES alcançou uma execução orçamental de 99% e de 83,1% no que toca a Serviços e Fundos Autónomos. Estes valores orçamentados e executados correspondem a um orçamento (para 2010) de 2.559,7 milhões de euros e a uma execução (em 2010) de 2.514,7 milhões de euros.

Quadro II – Orçamento e Execução do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

IV.1.15. Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior

QUADRO 141 - MCTES - Despesa por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2010			Execução de 2010		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	1.581,8	1.738,9	2.126,3	1.563,8	1.740,1	2.113,2
Despesas com Pessoal	9,6	1.220,8	1.230,4	10,5	1.184,4	1.194,9
Aquisição de Bens e Serviços	4,9	277,8	282,7	4,3	289,3	293,6
Juros e Outros Encargos		0,2	0,2		0,3	
Transferências Correntes	1.566,9	227,4	599,9	1.545,3	254,1	609,0
das quais: Intra-instituições do Ministério para as restantes Administrações Públicas	1.193,6	0,8		1.189,7	0,7	
			0,0			0,0
Subsídios			0,0			0,0
Outras Despesas Correntes	0,4	12,7	13,1	3,7	12,0	15,7
Despesa de Capital	277,2	438,7	433,4	249,8	400,7	401,5
Aquisição de Bens de Capital	3,4	114,1	117,5	1,5	114,5	116,0
Transferências de Capital	273,8	316,6	315,9	248,3	286,2	285,5
das quais: Intra-instituições do Ministério para as restantes Administrações Públicas	273,8	0,7		248,3	0,7	
		0,2	0,2		0,0	0,0
Outras Despesas de Capital		0,0	0,0		0,0	0,0
DESPESA TOTAL	1.859,0	2.169,6	2.559,7	1.813,6	2.140,8	2.514,7
DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSFERÊNCIAS PARA AP	1.859,0	2.169,4	2.559,5	1.813,6	2.140,8	2.514,7
Consolidação entre subsectores (SI e SFA)			1.468,9			1.439,4

Fonte: DGO.

7. O Ministério da Cultura (MC) teve em 2010 um orçamento inicial de 236,3 milhões de euros, previsto no Orçamento do Estado para 2010 apresentado pelo Governo à Assembleia da República.
8. De acordo com o *Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2010*, o orçamento final deste Ministério, no que a Serviços Integrados diz respeito, foi de 181 milhões de euros, dos quais foram executados 143, ou seja, 83,9%, o que representa uma fração ainda menos significativa do inicialmente orçamentado: 236 milhões de euros.

Quadro III – Orçamento e Execução do Ministério da Cultura

IV.1.16. Ministério da Cultura

QUADRO 142 - MC - Despesa por classificação económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2010			Execução de 2010		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	148,8	70,9	195,0	128,3	61,8	169,7
Despesas com Pessoal	53,6	13,5	67,1	49,5	13,0	62,5
Aquisição de Bens e Serviços	23,4	20,2	43,6	18,6	14,9	33,5
Transferências Correntes	69,6	23,7	68,6	59,9	23,3	62,8
das quais: intra-instituições do Ministério	24,7	0,0		20,4	0,3	
para as restantes Administrações Públicas	0,4	0,3	0,7	0,3	0,0	0,3
Subsídios	0,1	11,7	11,8	0,3	10,4	10,7
Outras Despesas Correntes	2,1	1,8	3,9	0,0	0,2	0,2
Despesa de Capital	29,1	18,7	41,3	14,3	7,7	17,5
Aquisição de Bens de Capital	19,7	17,4	37,1	8,3	7,5	15,8
Transferências de Capital	9,4	1,3	4,2	6,0	0,2	1,7
das quais: intra-instituições do Ministério	6,5	0,0		4,5	0,2	
para as restantes Administrações Públicas	2,9		2,9	1,5		1,5
DESPESA TOTAL	177,9	89,6	236,3	142,6	69,5	187,2
DESPESA TOTAL EXCLUINDO TRANSFERÊNCIAS PARA AP	174,6	89,3	232,7	140,8	69,5	185,4
Consolidação entre subsectores (SI e SFA)			31,2			25,4

Fonte: DGO

9. A *Conta Geral do Estado de 2010* assinala que, de acordo com os critérios de classificação funcional da despesa, a despesa em Funções Sociais do Estado da responsabilidade do ME, MCTES e MC tiveram a seguinte distribuição:
Administração e Regulamentação (Educação): 146 537 777, 17 euros

Investigação: 2 640 866,00 euros

Estabelecimentos de Ensino não Superior: 6 873 499 339, 60 euros

Estabelecimentos de Ensino Superior: 1 222 777 575,55 euros

Serviços Auxiliares de Ensino: 313 711 629,95 euros

Cultura: 174 565 965,52 euros.

10. Em termos de Investimento do Plano, a Despesa efetiva do ME em 2010 corresponde a 159,56 milhões de euros e a uma execução orçamental de 61,7% em relação ao previsto.

11. Os Investimentos do Plano para o MCTES correspondem a 556,55 milhões de euros, sendo a execução orçamental de 90,8% em relação ao previsto.

12. No que toca ao Ministério da Cultura, os Investimentos do Plano previstos no Orçamento do Estado para 2010 atingiam 89 milhões de euros. Porém, as alterações orçamentais implicaram a sua diminuição para 73 milhões de euros, dos quais foram efetivamente executados 54, ou seja, 73,9% do orçamento final.

13. A *Conta Geral do Estado de 2010*, bem como os pareceres disponíveis à data da elaboração do presente relatório, não contém qualquer referência além da mera descrição da execução dos investimentos do plano para as áreas da Juventude e do Desporto. Nesse sentido, o Instituto Português da Juventude executou 1.459.071 euros de PIDDAC e o Instituto do Desporto de Portugal executou 6.722.530 euros.

Parte II- Conclusões

1. A Comissão de Orçamento e Finanças remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, a *Conta Geral do Estado* relativa ao ano económico de 2010, acompanhada dos pareceres do Tribunal de Contas e da Unidade Técnica do Apoio Orçamental, a fim de elaborar o competente parecer.

2. Salieta-se que o presente parecer sobre a *Conta Geral do Estado de 2010*, incide exclusivamente sobre os indicadores de execução orçamental que compreendem os setores da Educação, da Ciência, da Juventude; do Desporto e da Cultura.

3. Face ao exposto, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura é de Parecer que o presente relatório deve ser remetido à Comissão do Orçamento, Finanças e Administração Pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do Regimento da Assembleia da República, reservando os Grupos Parlamentares as suas posições para o debate em Plenário.

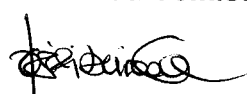
Palácio de S. Bento, 28 de Fevereiro de 2012

O Deputado autor do Parecer



(Miguel Tiago)

O Presidente da Comissão



(José Ribeiro e Castro)